

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS**  
**INFORME BRASIL Nº 41/2011**

Período: 10/12/2011 – 16/12/2011

**GEDES – Brasil**

- 1- Pesquisa revela que Brasil terá dificuldades para lidar com a Lei de Acesso a Informações Públicas
- 2- Exército envia 600 soldados para o Complexo do Alemão no Rio de Janeiro
- 3- Estado de São Paulo cria Comissão Estadual da Verdade
- 4- Jornal tem acesso a relatórios de informante do regime militar
- 5- Nome de praça simboliza descontentamento popular com o regime militar
- 6- Marinha negocia compra de navios ingleses
- 7- Famílias cobram empenho nas investigações sobre Guerrilha do Araguaia

1- Pesquisa revela que Brasil terá dificuldades para lidar com a Lei de Acesso a Informações Públicas

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, a Controladoria Geral da União (CGU) realizou uma pesquisa que assinalou algumas debilidades do país em relação à Lei de Acesso a Informações Públicas, a qual prevê o fim do sigilo eterno de documentos públicos e a facilitação ao seu acesso. Segundo o estudo, 71% dos servidores federais estão despreparados para lidar com a nova lei, sendo os principais apontamentos da pesquisa a ausência e não delimitação de unidades para dar suporte às demandas de acesso e a incompreensão acerca do assunto. O periódico *O Estado de S. Paulo* destacou ainda que o estudo apontou que existem dificuldades referentes ao mau emprego das informações, ao risco de demandas exageradas e a resistência dos servidores quanto ao fornecimento dos dados. Entretanto, existem alguns aspectos positivos ressaltados pela pesquisa, tais como o aumento da transparência, da credibilidade e a melhoria da relação cidadão-Estado. O estudo, divulgado em 09/12/11, auxiliará o governo na superação dos obstáculos da implantação da Lei de Acesso. (*Folha de S. Paulo – Poder – 10/12/11; O Estado de S. Paulo – Nacional – 10/12/11*)

2- Exército envia 600 soldados para o Complexo do Alemão no Rio de Janeiro

Conforme noticiado pelo periódico *O Estado de S. Paulo*, após um soldado ter sido baleado no Complexo do Alemão, um conjunto de favelas localizadas na cidade do Rio de Janeiro, o Exército ocupou as zonas críticas da região com 600 soldados do 26º Batalhão de Infantaria Paraquedista. Optou-se pelo envio de paraquedistas por ser um batalhão especializado e de pronto emprego do Exército. A Força de Pacificação dos Complexos do Alemão e Penha contam com 2,5 mil militares e visa a redução do tráfico de drogas e da violência, entretanto, após um ano da ocupação os tiroteios voltaram a ocorrer na região do Complexo do Alemão, o que contribui para o desgaste das tropas, tendo em vista que, segundo o jornal *O Estado*, os militares representam a “única referência do poder público” na região. (*O Estado de S. Paulo – 10/12/11*)

### 3- Estado de São Paulo cria Comissão Estadual da Verdade

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, a Assembleia Legislativa do estado de São Paulo aprovou a criação da Comissão da Verdade do Estado, cujo objetivo é apurar as violações de direito humanos que ocorreram no território paulista durante o regime militar (1964-1982). O projeto, de autoria do deputado estadual Adriano Diogo, será estruturalmente diferente da Comissão Nacional da Verdade e mais vulnerável a interferências políticas do que a versão nacional. Os trabalhos estão previstos para se iniciarem a partir de fevereiro de 2012 e agentes públicos envolvidos nas denúncias de violações de direitos humanos, incluindo militares, poderão ser convocados a prestar esclarecimentos. Apesar das duas Comissões serem similares, elas seguirão por caminhos diferentes. O órgão estadual contará com 05 membros escolhidos entre os deputados por meio de acordos partidários, tendo grande probabilidade que Adriano Diogo seja o seu presidente. Diogo é militante de movimentos de defesa dos direitos humanos, foi preso e torturado nas dependências do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) durante o regime militar e, em várias ocasiões, já acusou o coronel da reserva Carlos Brilhante Ustra, comandante do DOI-Codi na época, de ter torturado prisioneiros políticos sob sua guarda. Em entrevista recente ao jornal *O Estado*, Diogo afirmou que a criação da Comissão tem por função a reconstrução histórica dos fatos. A Comissão Estadual tem sido bem vista pelo assessor do Ministério da Defesa, José Genoino, assim como pelos movimentos de direitos humanos e o presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe), Ivan Seixas. Segundo o jornal, o próximo estado a aprovar um órgão semelhante deve ser o Rio Grande do Sul. Em relação à Comissão Nacional da Verdade, em artigo para o jornal *Folha de S. Paulo*, o historiador britânico Kenneth Maxwell afirmou que a criação da Comissão foi um ponto positivo do primeiro ano de mandato presidencial de Dilma Rousseff, mas destacou pontos negativos, tais como o fato das condenações judiciais não serem permitidas aos apurados como responsáveis por crimes contra os direitos humanos em virtude da Lei da Anistia (1979). Destacou ainda que, em comparação com outros países da região, como Argentina, Uruguai e Chile, o Brasil tem um processo de investigação bastante lento, além da falta de regularização do acesso a documentos oficiais taxados de “ultra-secretos”. (*Folha de S. Paulo – Opinião – 15/12/11; O Estado de S. Paulo – Nacional – 16/12/11*)

### 4- Jornal tem acesso a relatórios de informante do regime militar

O jornal *Folha de S. Paulo* teve acesso a diversos documentos sobre o ex-marinheiro José Anselmo dos Santos, conhecido como cabo Anselmo, um militante de esquerda durante o início do regime militar brasileiro (1964-1985) e que, em 1971, após ser preso pelos militares, tornou-se um espião do regime e ficou conhecido como o maior traidor do movimento militante, repassando aos militares informações sobre a organização do movimento. São relatórios, muitos produzidos pelo próprio cabo Anselmo, que foram reunidos pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos através de pesquisas nos arquivos dos órgãos de repressão, tais como o Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS) e nos Centros de Informações do Exército (CIE) e da Marinha (CENIMAR). Os relatórios

produzidos eram destinados ao delegado do DOPS, Sérgio Paranhos Fleury, conhecido como torturador de presos políticos e responsável pela operação que matou Carlos Marighella, um dos principais ideólogos da luta armada. Nos relatórios cabo Anselmo fornecia dados, características, habilidades e codinomes dos militantes, bem como listas daqueles que receberam cursos de guerrilha em Cuba, incluindo políticos que, atualmente, estão ativos no cenário político brasileiro, tais como Fernando Gabeira, Carlos Minc, José Dirceu e Franklin Martins. (Folha de S. Paulo – Ilustríssima – 11/12/11)

#### 5- Nome de praça simboliza descontentamento popular com o regime militar

Foi publicado no periódico *O Estado de S. Paulo* a constatação da existência de uma praça, na cidade de Santarém, no estado do Pará, cujo nome corrente de Praça dos Três Patetas faz alusão à rejeição da população local pelas medidas tomadas pelo regime militar (1964 – 1985) na região. Segundo a publicação, a praça continha originalmente uma estátua representativa das três forças (Exército, Marinha e Aeronáutica) erguida na época do regime, que teria sido associada pela população à série humorística televisiva estadunidense, chamada, na sua versão brasileira, de “Os três patetas”. (*O Estado de S. Paulo* – Nacional – 11/12/11)

#### 6- Marinha negocia compra de navios ingleses

Conforme noticiado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, a Marinha brasileira está negociando com o grupo britânico Bae Systems a compra de três navios de patrulha oceânica de duas mil toneladas da classe Port of Spain. Os navios, que já estão prontos e completaram os testes marítimos, eram originalmente destinados a Trinidad e Tobago, país que, por motivos econômicos, não finalizou a compra. Segundo o *Estado*, caso seja efetuada, a compra baratearia e anteciparia a renovação da frota de superfície prevista pela Marinha através do plano Prosuper, que abrange onze embarcações (cinco fragatas de seis mil toneladas, cinco escoltas de 1,8 a 2 mil toneladas e um super navio de apoio de 22 mil toneladas). As negociações com a Bae Systems podem incluir quatro fragatas modelo Type 22 Série 3, que foram usadas e, recentemente, desativadas pela marinha britânica. Conforme publicado pelo periódico, uma fonte do Ministério da Defesa afirmou que a compra é oportuna e poderá abrir espaço para encomenda de mais unidades, as quais seriam construídas no Brasil por estaleiros privados e com ampla transferência de tecnologia. O plano completo da compra foi apresentado pela Força Naval a 48 grupos empresariais interessados em participar do empreendimento. O projeto tem conclusão prevista para 2030 e inclui a aquisição de 61 navios de superfície e 5 submarinos, quatro movidos a propulsão diesel-elétrica e um a energia nuclear. A Odebrecht Defesa e Tecnologia preparará estaleiros em Salvador, no estado da Bahia, para disputar o Prosuper, e em Itaguaí, no estado do Rio de Janeiro, onde serão construídos e operados cinco unidades do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (ProSub). A prioridade da Marinha, entretanto, será a conclusão do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), encarregado da vigilância e proteção das fronteiras marítimas brasileiras. (*Estado de S. Paulo* – Nacional – 12/12/11)

## 7- Famílias cobram empenho nas investigações sobre Guerrilha do Araguaia

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, os familiares de mortos e desaparecidos cobraram maior empenho na apuração das violações de direitos humanos ocorridos durante a Guerrilha do Araguaia (1967 – 1974). Em nota, o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (Ceji), o Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro (GTNM/RJ) e a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos lembraram a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos, em 2010, que condenou o Brasil pelo desaparecimento de 70 pessoas envolvidas na guerrilha e pela ausência de procedimentos para estabelecimento da verdade e permanência da impunidade dos crimes. A nota reconhece a importância da criação da Comissão da Verdade, entretanto, enfatiza a falta de diligência por parte do Estado de apontar e punir os responsáveis pelas violações que ocorreram, como determinado pela Corte. (*O Estado de S. Paulo* – Nacional – 16/12/11)

## **SITES DE REFERÊNCIA**

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

### **Equipe:**

Alexandre Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Ana Paula Silva (Supervisora, mestranda em História); Etelmar Cristina Citrângulo Morente (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Fred Maciel (Redator, mestrando em História, bolsista CAPES); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Mariana de Freitas Montebugnoli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Victor Missiato (Redator, mestrando em História, bolsista CAPES).